

## O POVO NAS RUAS

# “PRECISAMOS RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS”

## Governador Casagrande fala do projeto de concessão da Rodosol

CLÁUDIA FELIZ  
cfeliz@redgazeta.com.br

Na contagem regressiva para a votação do projeto de decreto legislativo do deputado Euclério Sampaio (PDT) que põe fim à cobrança de pedágio na Terceira Ponte – rompendo o contrato de concessão do governo com a concessionária Rodosol –, o governador Renato Casagrande alerta sobre os riscos que a medida representa. Casagrande lembra que “qualquer decisão irresponsável pode provocar um desembolso por parte do governo, que é bancado pelo povo, com pagamento de tributos”. Sob análise do deputado Gildevan Fernandes (PV), o projeto pode ir à votação na próxima quarta-feira.

### Protesto nacional

São anos e anos de insatisfação contida com representações políticas, instituições e representações do setor privado. O movimento de protesto atual é conectado com o mundo, e esse ambiente novo, tecnológico, permite que as pessoas se movimentem sem ter liderança, sem bandeira explícita. E há também uma pulverização de pedidos.

### O bom e o mau

É bom o fato de as pessoas irem às ruas, reivindicarem seus direitos. Mas há um ponto perigoso: as pessoas rejeitam qualquer tipo de representação – sejam os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, seja um canal de televisão ou entidade empresarial. O movimento é forte e contraditório. Chegou ao ápice quando a classe média foi às ruas porque deseja eficiência do serviço público. Ela paga muito imposto e sente que, em troca, recebe pouco. Por isso aderiu às manifestações e aqui tivemos a marcha dos 100 mil. De lá pra cá, o movimento não tem liderança declarada, embora tenha, de fato,



Casagrande admite: gostaria que o pedágio diminuísse e até deixasse de existir, mas alerta sobre responsabilidade

### Identificação

São grupos, partidos políticos que marcam as reuniões e as manifestações – não quero citá-los. O movimento tem vinculação com entidades estudantis e partidos de direita e de esquerda. Infelizmente, como diminuiu o número de pessoas nas manifestações, o que predomina ao final de cada uma delas são vândalos infiltrados que destroem e depredam. A polícia acompanha e ajuda a organizar manifestações pacíficas. Mas, infelizmente, em todas têm havido atos de vandalismo. E ela tem reagido com competência e eficiência.

### Pedágio

Grupos partidários e a direção que coordena este movimento têm uma demanda por mais presença do Estado: é fim de pedágio,

passe livre, mais recursos para isso, para aquilo. Por isso houve o debate da ponte, do Sistema Rodosol. Esse é um contrato de 1998 – que sucedeu um outro, de 1986 –, incorporando a Terceira Ponte e a Rodovia do Sol. A responsabilidade no trato do contrato é importante, porque precisamos respeitar a Constituição e as leis. Qualquer decisão irresponsável do governador ou de qualquer detentor de mandato pode custar aos cofres públicos, que não têm receita. Quem abastece o cofre público é a população, com o pagamento de tributos.

### Custo de todos

Se quisermos encampar o contrato do Sistema Rodosol, a indenização mais pagamento de lucros cessantes ficam em torno de R\$ 550 milhões. Hoje, só paga pedá-

gio quem usa a ponte e a rodovia. Se eu tiver que fazer um desembolso desse, todos os capixabas vão pagar. Tenho sido procurado por prefeitos, lideranças, empresários. Sou procurado por empresários preocupados com a quebra de contrato.

### Populismo

Estamos vendo o que está acontecendo com os países atrasados da América Latina: com a Venezuela, a Bolívia, a Argentina. O Brasil acabou priorizando uma parceria com esses países de políticas muito populistas. E esse tipo de comportamento estabelece um perfil atrasado de um Estado, de um país. O setor empresarial e entidades sérias querem discutir o Estado e estão preocupados com a quebra de contrato por causa do efeito sobre a atração de investi-

mentos, de investidores.

### Parceria

Esta é, sim, uma disputa política. O Estado quer buscar eficiência, competitividade, não pode rejeitar a parceria com o setor privado. Parceria com o setor privado é uma atividade que os países desenvolvidos seguiram e é o caminho que o Brasil está seguindo.

### Municípios

Tenho sido procurado pelas lideranças dos municípios. Porque se tiver que desembolsar R\$ 550 milhões tenho que tirar do caixa do Estado. Não posso permitir pessoas, não posso reduzir custeio, então eu teria que reduzir investimentos. O valor é duas vezes o que aplico de investimento em convênio com os municípios, por ano, que varia de

R\$ 250 milhões a R\$ 300 milhões, por ano.

### Auditoria

Pedi auditoria no contrato de concessão porque não posso me basear em achismo para tomar uma decisão. Pessoalmente, quero muito, gostaria muito que o pedágio pudesse ser reduzido ou até que não tivesse pedágio. Mas eu preciso, para tomar qualquer decisão de ajuste de contrato ou redução de tarifa, concretamente, de um estudo. Fizemos auditorias em 2003 e 2008 e agora faremos outra em 2013. Porque há um clamor de uma parte da sociedade. Há ajustamento no equilíbrio econômico-financeiro desse contrato para ser feito? Há erros no contrato? A auditoria vai dizer. Outro ponto importante da auditoria é que ela será feita pelo Tribunal de Contas do Estado, acompanhada pelo Ministério Público Estadual, pela Procuradoria Geral do Estado e pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado (Arsi).

### Vice de Vitor

O contrato com a Rodosol foi feito no final de 1998. Como vice-governador eu não tinha participação estratégica em decisões importantes como esta. Não acompanhei.

### Engarrafamento

O Estado mantém uma ação na Justiça que reivindica que a Rodosol faça investimentos nos acessos à ponte. A Rodosol questiona essa posição. Até convidamos o Ministério Público para fazer parte da ação. Mas, enquanto essa situação não se define, o Estado não pode parar de fazer investimentos. Se ganharmos na Justiça, a Rodosol terá que ressarcir o governo, tanto pela construção da alça como pela nova praça de pedágio, em Vila Velha. Não publicamos o edital da praça ainda, mas o projeto

CARLOS ALBERTO SILVA - 30/04/2013

## IMPACTO E FLUXO

549

milhões

É custo do valor estimado para a retomada da concessão pelo governo.

77

mil

veículos passam pela Terceira Ponte por dia.

está pronto. Ele dobrará o número de cabines.

## Assembleia

O projeto do decreto legislativo que pode inviabilizar a concessão foi para o plenário da Assembleia, e os deputados, de forma abrupta, fizeram uma votação em regime de urgência. O pedido de vista do deputado Gildivan permite que os parlamentares possam refletir, que a sociedade debata o tema. Permite avaliações dos aspectos constitucionais e legais. A autonomia de tomar a decisão é da Assembleia, mas tenho plena convicção de que colocando todos os dados para reflexão e tendo muito equilíbrio e responsabilidade que ela tomará a decisão madura, como tem tomado em outros assuntos. A gente precisa sempre discutir o interesse público com responsabilidade, com equilíbrio.

## Recurso

Se tiver uma decisão desfavorável ao contrato, cabe recurso do Estado e da Rodosol. A primeira interessada em fazer esse questionamento é a concessionária. Mas é bom que possamos debater com a sociedade capixaba. Qual a direção que queremos para o nosso Estado? Queremos um Estado que respeita a legislação, a Constituição, seja moderno, eficiente, que atraia investidores? Ou queremos um Estado que não respeita a Constituição, atrasado, que não atraia investidores? A maior parte das pessoas que foram às ruas quer mais eficiência do Estado, mais rapidez na prestação de serviço. E isso não se faz agitando o Estado. Isso se faz descentralizando investimentos – da União para Estados e dos Estados para os municípios. Isso se faz na parceria com entidades e empresas privadas, com organizações sociais, na gestão direta com servidores públicos, treinando-os.



O contrato entre o governo e a empresa Rodosol, envolvendo a Terceira Ponte e um trecho da Rodovia do Sol, foi assinado em 1998

# JUSTIÇA REAFIRMA QUE CONCESSÃO É VÁLIDA

◀ A validade do contrato de concessão do Sistema Rodovia do Sol foi confirmada – por três votos a zero – pela Terceira Câmara do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. A decisão, do dia 25 de junho, só foi publicada na última sexta-feira. A sentença ratifica decisão tomada pela 2ª Vara da Fazenda Estadual, no ano passado, numa ação popular movida contra a concessão, em 1998, pelo ex-governador Max Mauro e por seu filho, ex-prefeito de Vila Velha Max Freitas Mauro.

A ação tramitava desde o ano em que a concessão entrou em vigor, envolven-

do a Terceira Ponte e um trecho de 67,5 quilômetros da Rodovia do Sol, ligando Vitória a Guarapari.

## ARGUMENTOS

Os Mauro alegaram na ação que a concessão dos serviços de operação e manutenção e a duplicação da Rodovia do Sol, entre a Ponte, em Vitória, e Meaípe, em Guarapari, eram “prejudiciais aos anseios do Estado e da coletividade”, pela “perda do patrimônio em prol de interesses privados”.

Eles também alegaram que não teria havido consultapública e estudo prévio do impacto ambiental da obra

de duplicação da rodovia.

Em maio de 2012, o juiz Jorge Henrique Valle dos Santos julgou improcedentes os pedidos dos Mauro, assegurando que a audiência pública para a concessão fora “efetivamente realizada” e que a concessionária apresentou Estudo de Impacto Ambiental, aprovado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama).

## PROMOTORIA

No dia 2 de maio deste ano, a procuradora de Justiça Célia Lúcia Vaz de Araújo deu parecer favorável à sentença do juiz de

primeira instância, assegurando: “Após exame dos autos concluímos que a sentença está correta, vez que a ação popular visa a invalidar os atos praticados com ilegalidade que tragam como consequência lesão ao patrimônio público. E, neste caso, o autor da ação popular não comprovou os atos lesivos ao erário estadual”.

Após ouvir a posição do Ministério Público, no mesmo mês de maio, o desembargador Willian Silva votou favoravelmente à sentença, que é contrária à ação movida pelos Mauro.

Em seu voto, o desembargador

Willian Silva relata que houve audiência pública antes do início do procedimento licitatório; que o edital de concorrência foi publicado, de acordo com a Lei de Licitações (8.666/93) e o estudo prévio de impacto ambiental foi realizado, assegurando que “não houve ilegalidade quanto aos serviços concedidos”. E foi essa a posição mantida pela Terceira Câmara Cível.

Max Filho lamentou a sentença do Tribunal de Justiça. “Insisto que há ilegalidade no processo de concessão, e é lamentável que, 15 anos depois, a Justiça se posicionasse dessa forma”, disse.

## ENTENDA O PROCESSO

## 1998

## ▼ Contrato

O governo do Estado, na administração Vitor Buaiz (que era do PT, mas, no final da sua gestão, migrou para o PV), assinou em 1998 o contrato de concessão, por 25 anos, do Sistema Rodosol, que inclui a Terceira Ponte e 67,5km da Rodovia do Sol, ligando Vitória a Guarapari

## Vencedora

## ▼ Construtora

A vencedora da licitação foi a Servix Engenharia, e a concessionária Rodovia do Sol S/A (Rodosol) foi então criada para gerir a concessão

## Proposta

## ▼ Tarifas

Na época, a licitação foi vencida com fixação de R\$ 0,94 no valor do pedágio da Terceira Ponte e de R\$ 2,80 para o pedágio que seria cobrado na Rodovia do Sol, com sua duplicação

## Investimentos

## ▼ Rodovia e contorno

A duplicação do trecho da Rodovia do Sol foi concluída em 2000. Entre 2000 e 2002, a concessionária também construiu o Contorno de Guarapari, com 28km de extensão. Coube ainda à concessionária investir na modernização

do sistema operacional da ponte, arcar com sua manutenção, manter serviços de guincho, ambulância e videomonitoramento

## Contestação

## ▼ Na Justiça

Mas, desde 1998, o contrato de concessão é alvo contestações judiciais. Além da ação popular movida por Max Mauro e por Max Mauro Filho, outra ação foi movida pelo Ministério Público Estadual, também visando à anulação do edital

## Causas

## ▼ Inclusão

Os promotores questionam a encampação da Terceira Ponte sem lei autorizativa específica – a ponte, que já mantinha cobrança de pedágio desde o governo Max Mauro, foi incluída no trecho da Rodovia do Sol para viabilizar a concessão, segundo o governo. Também foi apontada a falta de estudo prévio de impacto ambiental para as obras na rodovia. O processo ainda não foi julgado em primeira instância, por falta de uma perícia ambiental

## Decreto

## ▼ Mais uma

O deputado estadual Euclério Sampaio (PDT)

apresentou um projeto de decreto legislativo alegando que não há lei que autorize a estadualização das avenidas Luciano das Neves e Carioca, que fazem a conexão da ponte com a rodovia. Isso importaria o fim da cobrança de pedágio na ponte

## Outro lado

## ▼ Constitucionalidade

O governo garante que o projeto de Euclério Sampaio é inconstitucional por gerar despesas para o Estado e interferir na competência do Executivo. E afirma que a Justiça já reconheceu que as vias são estaduais